

cade



**XX REUNIÃO PLENÁRIA DA
COMISSÃO PARA A
APLICAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA
CONVENÇÃO**

- ATA -

Porto, 27 de novembro 2017

**XX REUNIÓN PLENARIA DE
LA COMISIÓN PARA LA
APLICACIÓN Y
DESARROLLO DEL
CONVENIO**

- ACTA -

Oporto, 27 de noviembre de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized 'P' or similar character.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or similar character.

ATA

A comissão para a Aplicação e desenvolvimento da Convenção de Albufeira reuniu na sua XX sessão plenária, no dia 27 de novembro de 2017, no Porto

As delegações foram compostas pelos seguintes membros:

DELEGAÇÃO PORTUGUESA

Embaixador Mário Godinho Matos

Presidente da Delegação. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Embaixador Francisco Ribeiro de Menezes

Embaixador de Portugal em Madrid. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Dr. Nuno Lacasta

Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente.

Eng.º José Pimenta Machado

Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Norte, APA. Ministério do Ambiente

Arqª. Gabriela Moniz

Administradora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, APA Ministério do Ambiente

Dr. André Matoso

Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, APA. Ministério do Ambiente

Eng.º Pedro Teixeira

Diretor-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Eng.º Mário Guedes

Diretor-Geral da Energia e Geologia. Ministério da Economia

Eng.º Jorge Vazquez

Administrador da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva – EDIA. Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural



ACTA

Se reúne la Comisión para la Aplicación y Desarrollo del Convenio de Albufeira, en su XX sesión plenaria, el día 27 de noviembre de 2017, en Oporto.

Las delegaciones se componen por los siguientes miembros:

DELEGACIÓN ESPAÑOLA

Dª. Liana Ardiles López

Presidenta de la Delegación. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. Francisco Marín Muñoz

Presidente de la Confederación Hidrográfica del Miño-Sil. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. Juan Ignacio Diego Ruiz

Presidente de la Confederación Hidrográfica del Duero. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. Juan Carlos de Cea Azañedo

Presidente de la Confederación Hidrográfica del Tago. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. José Martínez Jiménez

Presidente de la Confederación Hidrográfica del Guadiana. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. Víctor M. Arqued Esquía

Subdirector General de Planificación y Uso Sostenible del Agua. Dirección General del Agua. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

Dª Ana Fernández-Tresguerres Sánchez

Asesora. Asesoría Jurídica Internacional. Subsecretaria de Asuntos Exteriores y de Cooperación. Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación.



Também participaram por parte de Portugal:

Eng.º. Pedro da Cunha Serra
Ministério do Ambiente

Dr. António Sequeira Ribeiro
Vice-presidente da Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente

Dr. Edgar Afonso
Técnico superior. Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Ministério do Mar

Eng.º. Pedro Liberato
Diretor de Serviços de Relações Internacionais. Secretaria-Geral. Ministério do Ambiente

Arq. Luís Morbey
Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais. APA, Ministério do Ambiente

Engª. Felisbina Quadrado
Diretora do Departamento de Recursos Hídricos, APA. Ministério do Ambiente

Engª. Isabel Guilherme
Chefe de Divisão. Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, APA. Ministério do Ambiente

Dra. Diana Carlos
Técnica superior, Serviço de Relações Internacionais. Secretaria-Geral. Ministério do Ambiente

Engª. Cláudia Brandão
Técnica superior. Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Engª. Ana Ilhéu
Diretora de Departamento. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva – EDIA. Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Engª. Paula Sarmento
Assessora. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva – EDIA. Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural



Asistieron también por parte de España:

D. Carlos Ruiz del Portal Florido
Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Miño-Sil. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. Javier Herrero Lizano
Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Duero. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. Francisco Aleza Enciso
Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Tajo. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. José Ángel Rodríguez Cabellos
Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Guadiana. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

D. Eduardo Orteu Berrocal
Jefe de la Unidad de Apoyo. Dirección General del Agua. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.

Dª. Concepción Marcuello Olona
Subdirectora General Adjunta de Planificación y Uso Sostenible del Agua. Dirección General del Agua. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente

Dª. Tania Gutiérrez Martín
Jefa de Servicio Técnico. Subdirección General de Planificación y Uso sostenible del Agua. Dirección General del Agua. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente.



A agenda da reunião foi aprovada nos termos da agenda proposta (Anexo I).

1. Aprovação da ata da XIXª reunião plenária.

A CADC aprova a ata e seus anexos.

A CADC aprova a publicação da ata sem os anexos na página internet da CADC.

2. Situação hidrometeorológica

a. Harmonização dos procedimentos de determinação de caudais

A CADC acorda realizar uma reunião do Grupo de Trabalho para Troca de informação no primeiro trimestre de 2018, para se proceder às seguintes ações:

- Avaliar a situação de todas estações hidrometeorológicas e pluviométricas de referência da Convenção e analisar a necessidade de aprofundar a avaliação com estações complementares;
- Avaliar as metodologias de cálculo dos caudais nas estações de referência e desenvolver um documento comum que integre todas as metodologias;
- Promover o acesso aos dados de caudal e precipitação em tempo real para a gestão de cheias, onde seja essencial;
- Definir o plano de trabalhos conjunto, quando necessário, de calibração das curvas de vazão das estações.

b. Apresentação do relatório hidrometeorológico conjunto 2016/2017

As duas Partes aprovam o relatório hidrometeorológico conjunto 2016/2017 (Anexo II).

Este relatório inclui a correção do boletim hidrometeorológico de 2015/2016 da imprecisão associada ao cálculo da percentagem relativamente à média anual da precipitação na bacia portuguesa do Tejo.



La agenda de la reunión fue aprobada con el orden del día propuesto (Anexo I).

1. Aprobación del acta de la XIX reunión plenaria

La CADC aprueba el acta y sus anexos.

La CADC aprueba la publicación del acta sin los anexos en la web de la CADC.

2. Situación hidrometeorológica:

a. Armonización de los procedimientos de determinación de caudales

Se acuerda que la CADC proponga la celebración de una reunión específica del Grupo de Trabajo de Información Hidrológica en el primer trimestre de 2018 para tratar los siguientes asuntos:

- Evaluación de la situación de las todas las estaciones hidrometeorológicas y pluviométricas de referencia del Convenio y estudio de la necesidad de profundizar en el análisis con estaciones complementarias;
- Evaluar las metodologías de estimación y cálculo de caudal en las estaciones de referencia y desarrollar un documento común que integre todas las metodologías;
- Avanzar en el acceso a los datos de caudal y precipitación en tiempo real, esenciales especialmente para la gestión de las inundaciones, donde sea esencial;
- Definir programas de trabajo conjuntos para la calibración de las curvas de gastos.

b. Presentación del informe hidrometeorológico conjunto 2016/2017

Las dos Partes aprueban el informe hidrometeorológico conjunto 2016/2017 (Anexo II).

Este informe incluye un *corrigendum* del informe hidrometeorológico anterior 2015/2016 asociada al cálculo de la precipitación media anual que se dio en el año hidrológico 2015/2016, en la estación de control portuguesa del Tajo.



Face aos casos de incumprimento, por motivos não relacionados com indisponibilidade hídrica, as Partes deverão definir procedimentos de atuação comuns para assegurar o cumprimento da Convenção.

3. Ponto de situação sobre o acompanhamento da seca em Portugal e Espanha

As duas Partes concordam em intensificar os esforços de monitorização e acompanhamento dos efeitos da seca, incluindo o intercâmbio periódico de dados de precipitação, de caudais e de níveis de armazenamento, no quadro do artigo 19º da Convenção.

As duas Partes fizeram uma apresentação sobre a situação de seca em cada um dos países e as medidas adotadas.

Em relação ao tema da seca, Espanha informou que colocará em consulta pública em 28 de novembro e por um período de 3 meses, as instruções técnicas para a elaboração de planos especiais de seca e a definição do sistema global de indicadores de seca prolongada e escassez. Do mesmo modo, prevê-se que os Planos Especiais de ação em situações de alerta e eventual seca irão para consulta pública em 21 de dezembro, por um período de 3 meses. Fez uma apresentação dos futuros Planos em que serão identificados indicadores para a definição de seca meteorológica e escassez de recursos, que condicionarão os usos posteriores.

Portugal informou que aprovou em julho de 2017 o Plano de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, através da Comissão Interministerial para a Seca. Neste plano pretende-se uniformizar conceitos, harmonizar procedimentos de atuação pelos diferentes intervenientes da administração, definir limiares de alerta de seca agrometeorológica e de seca hidrológica, associar medidas a cada um dos níveis de alerta identificados, bem como clarificar as entidades responsáveis em cada nível de atuação. Durante 2016/2017 e primeiros meses de 2017/2018 verificaram-se em Portugal, prejuízos significativos na agricultura e pecuária, diminuição significativa na produção hidroelétrica, tendo

En los casos de incumplimiento del régimen de caudales, que sean debidos a causas distintas a la indisponibilidad de recursos, las Partes podrán definir procedimientos de actuación comunes para asegurar el cumplimiento del Convenio

3 Estado de los trabajos en España y Portugal relativos al seguimiento de la sequía

Ambas Partes coinciden en intensificar los esfuerzos de control y seguimiento de los efectos de la sequía, incluyendo el intercambio periódico de datos de precipitación, caudales y nivel de almacenamiento, tal como está previsto en el artículo 19 del Convenio.

Las Partes hicieron una presentación sobre la situación de la sequía en cada uno de los países y las medidas adoptadas.

En relación al tema de la sequía, España informa que sacará a consulta pública el día 28 de noviembre, y durante 3 meses, la Instrucción técnica para la elaboración de los planes especiales de sequía y la definición del sistema global de indicadores de sequía prolongada y escasez. Así mismo, está previsto que los Planes especiales de actuación en situaciones de alerta y eventual sequía salgan a consulta pública a partir del 21 de diciembre, por un período de 3 meses. Hace una presentación de los futuros Planes en los que se identificarán indicadores para la definición de la sequía meteorología y la escasez de recursos, lo que condicionarará los usos posteriores.

Portugal informa que se aprobó en julio de 2017, el Plan de Prevención, Control y Seguimiento de los efectos de la sequía, a través de la Comisión Interministerial para la Sequía. Con este Plan, se pretende uniformizar los conceptos, armonizar los procedimientos de actuación por las diferentes administraciones, definir umbrales de alerta de sequía agro-meteorológica y de sequía hidrológica, asociar medidas a cada uno de los niveles de alerta identificados, así como, aclarar las entidades responsables en cada nivel de actuación. Durante 2016/2017, y en los primeros meses de 2017/2018, se dan en Portugal daños significativos tanto en la agricultura como la ganadería, disminución significativa de la producción

sido impostas restrições nas captações de água superficial e subterrânea para garantir os usos prioritários.

A CADC avalia a possibilidade de desenvolver diligências no seio da EU no sentido da defesa de uma posição comum sobre a gestão das secas no contexto da revisão da DQA

4. Progresso do processo implementação dos PGRH 2016/2021 e preparação dos PGRH e PGRI 2022/2027.

a. Aprovação do documento de coordenação internacional dos PGRH 2016/2021

A CADC aprova formalmente o documento de coordenação internacional dos PGRH 2016/2021 (Anexo III).

b. Acompanhamento da implementação do programa de medidas

A CADC acorda elaborar um relatório conjunto sobre a implementação do programa de medidas para as massas de água partilhadas e de avaliação do seu estado de qualidade, que inclua a informação que consta na avaliação intermédia prevista na DQA e que será reportada à Comissão Europeia.

c. Calendário dos trabalhos para o terceiro ciclo 2022/2027

A CADC mandata o Grupo de Trabalho para o Planeamento para definir a metodologia de coordenação para elaboração dos planos do 3º ciclo (Anexo IV).

ES refere que ajustar os calendários do processo de planeamento hidrológico em ambos os países é complexo porque as obrigações legais são diferentes nos dois países. Informa que tem previsto concluir o relatório do artigo 5º da DQA sobre "Caracterização das regiões hidrográficas, estudos de pressões e impactos e análise

hidroeléctrica, habiéndose impuesto restricciones en las captaciones de aguas superficial y subterránea para garantizar los usos prioritarios.

La CADC valorará la posibilidad de desarrollar medidas en el seno de la unión Europea destinadas a defender una postura común sobre la gestión de las sequías en el contexto de la revisión de la DMA.

4. Avance en el proceso de implementación de los planes hidrológicos 2016/2021. y preparación de los Planes Hidrológicos del tercer ciclo y de los Planes de Gestión de Riesgo de Inundación 2022/2027.

a. Aprobación del documento de coordinación internacional de los planes hidrológicos 2016/2021

La CADC aprueba formalmente el documento de coordinación internacional de los planes hidrológicos del 2º ciclo 2016/2021 (Anexo III).

b. Reporting de implementación del programa de medidas

La CADC acuerda elaborar un informe conjunto sobre la implementación del programa de medidas para las masas de agua comunes y de evaluación de su estado de calidad, que incluya la información que corresponda para la evaluación intermedia prevista en la DMA y que será reportada a la Comisión Europea.

c. Calendario de trabajos de los planes hidrológicos del tercer ciclo 2022/2027

La CADC encomienda al Grupo de Trabajo de Planificación definir la metodología de coordinación en la elaboración de los planes del 3º ciclo.

España plantea que encajar los calendarios del proceso de planificación hidrológica en ambos países es complicado porque las obligaciones legales son diferentes en los dos países. Informa que se tiene previsto sacar el artículo 5 sobre "Caracterización de la DDHH, estudios de presiones e impactos y análisis económico de los usos del agua" a

econômica dos usos da água" para consulta pública em 20 de julho de 2018. Portugal vai seguir o calendário definido na DQA e que está também transposto na Lei da Água portuguesa.

Cada país apresenta o calendário de trabalhos previsto para o processo de planeamento do 3º ciclo (Anexo IV).

d. Articulação na elaboração dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundação do 2º ciclo

Na sequência da auditoria do Tribunal de Contas Europeu sobre a implementação da Diretiva de Inundação realizada em ambos os países, neste mês de novembro, embora ainda não esteja disponível o relatório da auditoria, constatou-se a necessidade de melhorar a coordenação internacional na elaboração dos planos de risco de inundação 2022-2027.

No que diz respeito à preparação de planos de inundação para o segundo ciclo, ambos os países concordam que a coordenação na implementação da Diretiva de Inundações para as regiões hidrográficas partilhadas deve ser melhorada. O grande desfasamento nos cronogramas de planeamento dos planos de inundação 2016-2021 impediu, em parte, uma maior coordenação entre os dois países.

A CADC mandata o GT Planeamento para articular os trabalhos de elaboração dos planos de gestão de risco de inundação para o período 2022-2027, nomeadamente o desenvolvimento de metodologias comuns para identificar áreas críticas de risco de inundação, especialmente em massas de água partilhadas, tendo em consideração o impacto das alterações climáticas

5. Progresso na definição do programa conjunto de monitorização para avaliar o estado das massas de água transfronteiriças no período de 2016-2021 e da implementação do programa de medidas dos PGRH.



consulta pública el próximo 20 de julio de 2018. Portugal va a seguir el calendario propuesto por la DMA y transpuesto en la ley de aguas portuguesa.

Ambos países hacen un una presentación de sus respectivos calendarios previstos con los trabajos del 3º ciclo. (Anexo IV)

d. Coordinación de los Planes de Gestión del Riesgo de Inundación del 2º ciclo

En relación a la auditoria del Tribunal de Cuentas Europeo sobre la implementación de la Directiva de Inundaciones, realizada a ambos países, en este mes de noviembre, si bien aún no tenemos el informe de dicha Auditoría, a pesar de la documentación facilitada, se constata que es necesario mejorar de manera sustancial, la coordinación internacional en la elaboración de los planes de riesgo de inundación 2022-2027.

De cara a la elaboración de los planes de Inundaciones del segundo ciclo, ambos países coinciden que se ha de mejorar la coordinación en la implementación de la Directiva de Inundaciones en las demarcaciones compartidas. El gran desfase en los calendarios de planificación de los planes de inundaciones 2016-2021 impidió en parte una mayor coordinación entre los dos países.

La CADC encomienda al GT de Planificación la articulación de los trabajos de elaboración de los planes de gestión del riesgo de inundación para el periodo 2022-2027, principalmente el desarrollo de metodologías comunes para identificar áreas críticas de riesgo de inundación, especialmente en las masas de agua compartidas, teniendo en cuenta el impacto del cambio climático.

5. Avances en la definición de un programa conjunto de seguimiento para evaluar el estado de las masas transfronterizas en el período 2016-2021 y la implementación del programa de medidas de los Planes Hidrológicos.



A ES informa que adjudicou os contratos para a monitorização do estado das massas de água das bacias do Minho, Douro e Guadiana e no respeitante ao Tejo esta monitorização é garantida com meios próprios. Portugal informa que já possui dados de monitorização de massas de água partilhadas.

A CADC acorda partilhar os dados de base de monitorização já disponíveis e distribuir o trabalho de determinar o estado das massas fronteiriças e transfronteiriças entre os dois países identificando as estações de controlo existentes e os parâmetros a serem monitorizados, utilizando como referência o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na bacia hidrográfica do Guadiana a fim de promover o programa conjunto.

6. Ponto de situação do trabalho de elaboração de um projeto conjunto para o controlo das massas de água partilhadas, mediante a mobilização de fundos comunitários.

O objetivo principal do projeto será estabelecer uma metodologia comum para a análise e comparação de indicadores físico-químicos, biológicos e especialmente hidromorfológicos, tendo em vista a definição do estado de qualidade comum.

A CADC acorda realizar a candidatura, sendo que Espanha assumirá, a partir da parte não financiada pela UE, 65% do valor e Portugal os restantes 35%.

Como orientação, estima-se um montante de cerca de 3 milhões de euros para o projeto a candidatar.

7. Regime de caudais do Guadiana no Pomarão

A CADC acorda sobre os termos do mandato para o *Grupo de Trabalho ad hoc sobre o regime de caudais do Guadiana no Pomarão*, conforme exigido pelo número 2.b do Anexo ao Protocolo Adicional à Convenção (Anexo V).

Sem prejuízo de as delegações das duas Partes poderem ter uma composição



España informa que se tienen licitados contratos de seguimiento del estado en las cuencas del Miño, Duero y Guadiana, y en lo que respecta a la cuenca del Tajo, el seguimiento del estado se atenderá con medios propios. Portugal informa que ellos ya disponen de datos de seguimiento en las masas fronterizas y transfronterizas.

La CADC acuerda compartir las bases de datos de seguimiento del estado ya disponibles y repartir los trabajos de determinación del estado en las masas fronterizas y transfronterizas, identificando las estaciones de control existentes y los parámetros a medir por ambos países, tomándose como modelo los trabajos que se están desarrollando en la demarcación del Guadiana, con el fin de avanzar en un programa conjunto.

6. Estado de los trabajos para la presentación de un proyecto conjunto para el control las masas de aguas compartidas mediante la movilización de fondos comunitarios.

El objetivo principal del proyecto de candidatura será establecer una metodología común para el análisis y comparación de los indicadores físico-químicos, biológicos y especialmente los hidromorfológicos, para la definición común del estado.

La CADC acuerda elaborar la candidatura, considerando que España asumirá, de la parte no financiada por la UE, el 65% del importe y Portugal, el 35% restante.

Orientativamente se estima que el importe a presupuestar en el proyecto sea del orden de los 3 millones de euros.

7. Régimen de caudales del Guadiana en Pomarão.

La CADC acuerda los términos del mandato para el *Grupo de Trabajo ad hoc de régimen de caudales del Guadiana en Pomarão conforme a lo requerido por el apartado 2.b del Anexo al Protocolo adicional del Convenio (Anexo V)*.

Sin perjuicio de que las delegaciones de ambas partes puedan tener una composición flexible, se acuerda la siguiente



flexível, é acordada a seguinte estrutura do grupo de trabalho:

Parte portuguesa	Parte espanhola
Pedro Cunha Serra	Carlos Escartín
Felisbina Quadrado	Fernando Pastor
André Matoso	Tania Gutiérrez
Luís Morbey	Joaquín Garrigós
Paula Sarmento	José Ángel Rodríguez Cabellos

Ambos os países concordam que é necessário chegar a um acordo sobre o regime de caudais no Pomarão, pois resulta de uma prescrição incluída na própria Convenção (seção 2.b do Anexo ao Protocolo Adicional à Convenção) e que, uma vez concluído, permitirá que outras questões pendentes na Convenção sejam abordadas. Por conseguinte, pretende-se que a CADC saliente a necessidade de se chegar a um acordo em 2018, coincidindo com o vigésimo aniversário da Convenção e respondendo ao acordado na XXIX Cimeira Luso-espanhola.

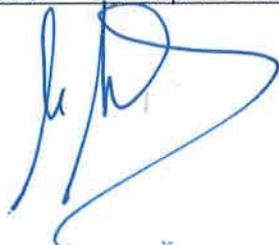
Em simultâneo com este processo avançar-se-á no sentido de dar cumprimento integral da Deliberação II/6 (IIª reunião plenária da CADC, 9 e 10/02/2001), sobre as Captações no troço do Guadiana entre a confluência com o Caia e confluência com o Cuncos.

8. Cenários comuns sobre impacto das alterações climáticas nos recursos hídricos

As duas Partes concluem pela necessidade de se utilizar, nos exercícios de planeamento, cenários comuns sobre impacto das alterações climáticas nos recursos hídricos.

Espanha publicou recentemente os seus cenários "Relatório de avaliação do impacto das alterações climáticas sobre os recursos hídricos e seca em Espanha", disponível no endereço:

<http://www.adaptecca.es/recursos/buscador/evaluacion-del-impacto-del-cambio->



composição para el grupo de trabajo:

Parte portuguesa	Parte espanhola
Pedro Cunha Serra	Carlos Escartín
Felisbina Quadrado	Fernando Pastor
André Matoso	Tania Gutiérrez
Luís Morbey	Joaquín Garrigós
Paula Sarmento	José Ángel Rodríguez Cabellos

Ambos países coinciden que es necesario llegar a un acuerdo en el régimen de caudales en Pomarão pues supone una obligación recogida en el propio Convenio (apartado 2.b del Anexo al Protocolo adicional del Convenio) y que una vez resuelta, permitirá afrontar otros temas pendientes en el Convenio. Por ello, se pretende que la CADC impulse este asunto con el fin de alcanzar un acuerdo en 2018, coincidiendo con el XX aniversario del Convenio y dando respuesta a lo establecido en la Declaración de la XXIX Cumbre Hispano-Lusa de Jefes de Gobierno.

En este contexto se avanzará en el sentido de dar cumplimiento integral a la Deliberación II/6 de la II reunión plenaria de la CADC (9 y 10 de febrero de 2001) sobre las captaciones en el tramo del Guadiana ente la confluencia de los ríos Caya y el río Cuncos.

8. Escenarios comunes sobre el impacto de los cambios climáticos en los recursos hídricos

Ambas partes concluyen la necesidad de tener en cuenta en los trabajos de planificación hidrológica, escenarios del impacto del cambio climático en los recursos hídricos.

España ha publicado recientemente el Informe de evaluación del impacto del cambio climático en los recursos hídricos y sequías en España, que se encuentra disponible en el siguiente enlace:

<http://www.adaptecca.es/recursos/buscador/evaluacion-del-impacto-del-cambio->



climatico-en-los-recursos-hidricos-y-sequias-en

O objetivo do relatório é apresentar o trabalho realizado para avaliar o impacto das alterações climáticas sobre os recursos hídricos em regime natural e em regime de seca. Este trabalho foi elaborado pelo Centro de Estudos e Experimentação de Obras Públicas (CEDEX), encomendado pelo Gabinete Espanhol para as alterações Climáticas (OECC, 2015). Neste relatório, são avaliadas 12 projeções climáticas, a fim de determinar a incerteza associada com simulações climáticas e, portanto, para avaliar com mais rigor o impacto das alterações climáticas.

Em Portugal estão a ser desenvolvidos estudos semelhantes, mas ainda não concluídos.

Espanha informou que já transmitiu ao OECC o interesse da Portugal para abrir novas linhas de trabalho tendo em vista identificar cenários comuns relativos ao impacto das alterações climáticas sobre os recursos hídricos.

No Workshop que se realiza no dia seguinte à reunião plenária, as duas Partes fazem apresentações sobre os trabalhos neste domínio e exploram linhas futuras de trabalho conjunto.

9. Comemoração do XXº aniversário da Convenção de Albufeira

A CADC acorda desenvolver um conjunto de iniciativas para a comemoração do 20º aniversário da assinatura da Convenção de Albufeira, o qual se inicia com o Workshop "*Gestão da água nos rios internacionais: novos desafios e oportunidades*", que terá lugar no Porto no dia 28 de novembro (Anexo VI).

Outras iniciativas:

- Fórum Mundial da Água, em Brasília, março de 2018: sessão conjunta de divulgação da Convenção de Albufeira destinada a um público de língua

climatico-en-los-recursos-hidricos-y-sequias-en

El objeto del informe es presentar los trabajos realizados para evaluar el impacto del cambio climático en los recursos hídricos (RRHH) en régimen natural y en el régimen de sequías en España. El trabajo es fruto de la "Encomienda de Gestión de la Oficina Española del Cambio Climático (OECC) al Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas (CEDEX) para la Evaluación del Impacto del Cambio Climático en los Recursos Hídricos y Sequías en España (2015)". En este informe, se han evaluado el impacto de 12 proyecciones climáticas con objeto de recoger la incertidumbre asociada a las simulaciones climáticas y, por lo tanto, de expresar de manera más completa el impacto del cambio climático.

En Portugal, se están desarrollando estudios similares pero todavía no se han concluido.

Espanña informó que ya se había dado traslado a la OECC sobre el interés de Portugal de abrir nuevas líneas de actuación para determinar escenarios comunes sobre el impacto del cambio climático en los recursos hídricos.

En el workshop del día siguiente, ambos países presentarán los trabajos desarrollados en este campo y se explorarán nuevas líneas de actuación.

9. Celebración del XXº aniversario de la Convenio de Albufeira

La CADC acuerda la realización de un conjunto de iniciativas enmarcadas en la celebración del 20º aniversario del Convenio, aniversario que se inicia con el workshop "*Gestión da água nos rios internacionais: novos desafios e oportunidades*", que tendrá lugar en Oporto el día 28 de noviembre. (Anexo VI)

Las otras iniciativas que se aprobarán son las siguientes:

- Foro Mundial del Agua, en Brasília, 2018: Se acuerda organizar una sesión conjunta de divulgación del Convenio de Albufeira, destinada a un público de habla española

portuguesa e espanhol, com a participação de representantes de alto nível de ambos os países, um representante da CE, UNECE e do grupo de reflexão do Grupo de Prospetiva Estratégica.

- Apresentação da Convenção de Albufeira, na Conferência na Reunião de Diretores Gerais da Água da UE, na Bulgária em 2018.
- Preparar uma publicação com a versão consolidada da Convenção e informação sobre a sua implementação.
- Promover a apresentação da Convenção em outros eventos nacionais e internacionais realizados durante 2018 para dar maior visibilidade à Convenção.
- Criar um logotipo CADC para o 20º aniversário da Convenção e organizar um evento comemorativo à margem da XXIª CADC em Espanha.

10. Atualização da página da internet da CADC

Acorda-se avançar com os trabalhos de atualização dos conteúdos da página na internet durante 2018, uma vez concluído o documento de coordenação internacional dos planos do 2º ciclo.

11. Outros assuntos

a. Prémio Fundação Ana de Paz à Convenção de Albufeira

Espanha comunicou a atribuição à Convenção de Albufeira do prémio "Água y Paz" pela Fundación Ana de Paz.

b. Captação irregular na albufeira da barragem de Abrilongo

Portugal expressa grande preocupação com a existência de uma captação irregular de água por parte de uma empresa espanhola localizada em território espanhol, no afluente e na própria albufeira de Abrilongo, que é explorada pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Xévora.

y portuguesa, que cuente con la participación de representantes de alto nivel de ambos países, un representante de la CE, UNECE y el *think-tank* del Strategic Foresight Group.

- Presentación del Convenio de Albufeira, en la Conferencia de Directores Generales del Agua de la UE, en Bulgaria en 2018.
- Elaborar una publicación con la versión consolidada del Convenio e información de su implementación.
- Fomentar la presentación del Convenio en otros eventos nacionales e internacionales que se celebren durante 2018 para dar mayor visibilidad al Convenio.
- Generar un logo de la CADC por el 20º aniversario del Convenio y organizar un acto conmemorativo en los márgenes de la XXI CADC en España.

10. Actualización de la web de la CADC

Se acuerda avanzar en los trabajos de actualización de los contenidos de la web, de cara al 2018, una vez se ha concluido el documento de coordinación internacional de los planes del 2º ciclo.

11. Otros asuntos

a. Premio Fundación Ana de Paz al Convenio de Albufeira

España informó de que el Convenio de Albufeira había sido galardonado con el premio "Água y Paz" de la Fundación Ana de Paz.

b. Captación ilegal en la presa del embalse de Abrilongo

Portugal muestra una gran preocupación por la existencia de una captación ilegal de agua por parte de una empresa española, localizada en territorio español, en un afluente y en el propio embalse de Abrilongo, que es explotada por el Aprovechamiento Hidroagrícola de Xévora.

Espanha tomou boa nota da preocupação de Portugal e em resposta à mesma informou das medidas adotadas:

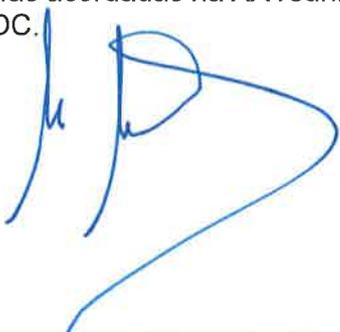
- Em 25 de agosto de 2017, perante a queixa desencadeou um procedimento sancionatório contra a empresa Almarquín, pelo desvio de águas da albufeira de Abrilongo. Por outro lado, e, independentemente do processo sancionador, a Confederação Hidrográfica do Guadiana impôs em 27 de outubro as medidas cautelares para a retirada do equipamento de bombagem da albufeira.
- Com data de 2 de novembro iniciou-se outro procedimento sancionatório pela construção em território espanhol de uma barragem de pequena dimensão, num afluente da albufeira de Abrilongo.
- Em 9 de novembro, realizou-se uma inspeção conjunta das autoridades espanholas e portuguesas.
- A 22 de novembro foram adotadas as medidas cautelares para a remoção da toma de água e da bomba. Este fato foi verificado pela Confederação Hidrográfica do Guadiana.

À data desta reunião as autoridades espanholas estão a instruir o processo sancionatório pela construção da barragem de pequena dimensão que pode conduzir à aplicação de sanções e/ou de medidas cautelares, no quadro legal em vigor.

A CADC tomou nota das diligências efetuadas pela Parte espanhola, tanto por insistência de Portugal como por iniciativa própria, e da disposição das autoridades espanholas para concluir este procedimento nos termos legalmente estabelecidos.

A Parte portuguesa registou as diligências da Parte espanhola e solicitou a continuação do empenho para a reposição da legalidade.

Inclui-se no Anexo VII uma síntese das tarefas acordadas na XX reunião plenária da CADC.



España tomo buena nota de la preocupación de Portugal y como respuesta, informó de las medidas adoptadas:

- El 25 de agosto de 2017, ante la denuncia presentada, las autoridades españolas han iniciado un procedimiento sancionador contra la empresa Almarquín, por la captación de aguas del embalse de Abrilongo. Por otro lado, y además del proceso sancionador, la Confederación Hidrográfica del Guadiana impuso el 27 de octubre las medidas cautelares destinadas a la retirada de la toma de agua del embalse.
- Con fecha 2 de noviembre, se inicia otro procedimiento sancionador por la construcción en territorio español, de un dique en un afluente del embalse de Abrilongo.
- El 9 de noviembre, se realizó una inspección conjunta por las autoridades españolas y portuguesas.
- El 22 de noviembre, fueron adoptadas medidas cautelares para la retirada de la toma de agua del embalse. Este hecho fue comprobado por la Confederación Hidrográfica del Guadiana.

A fecha de esta reunión, las autoridades españolas están tramitando el procedimiento sancionador por la construcción del dique que puede conducir a la aplicación de sanciones y/o de medidas cautelares, en el marco legal en vigor.

La CADC tomó nota de las diligencias realizadas por la parte española, tanto a instancia de Portugal como *motu proprio*, y de la voluntad de las autoridades españolas para concluir este procedimiento en los términos legales establecidos.

La parte portuguesa tomó conocimiento de las diligencias de la parte española y ha solicitado que se siga trabajando para restituir la legalidad.

Se incluye en el anejo VII una síntesis de tareas acordadas en la XX reunión plenaria de la CADC.



Os presidentes das duas delegações agradeceram o trabalho realizado tanto dos grupos de trabalho, como dos secretariados técnicos da CADC.

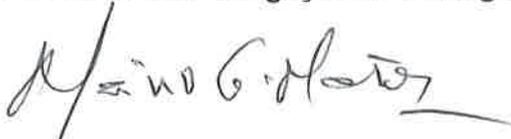
Uma vez terminada a ordem de trabalhos, deu-se por concluída a reunião. As Partes acordaram em preparar uma nota de imprensa conjunta que refletisse o bom entendimento existente entre os dois países em matéria de recursos hídricos, a publicar na página na internet da CADC.

Diligência:

Texto aprovado na XXI Sessão Plenária do CADC, realizada em 25 de outubro de 2018

Madrid, 25 de outubro de 2018

O Presidente da delegação de Portugal



Mário Godinho de Matos

Los presidentes de ambas delegaciones agradecen el trabajo realizado tanto a los Grupos de Trabajo como a las Secretarías Técnicas de la CADC.

Una vez terminado el orden de los trabajos, se dio por finalizada la reunión. Las Partes acuerdan preparar una nota de prensa conjunta que refleje el buen entendimiento existente entre los dos países en materia de recursos hídricos, que será publicada en la web de la CADC.

Diligencia:

Texto aprobado en la XXI reunión plenaria de la CADC, celebrada el 25 de octubre de 2018

Madrid, a 25 de octubre de 2018

El Presidente de la delegación de España



Manuel Menéndez Prieto